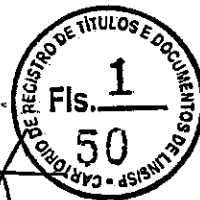


INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.



celebrado entre

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.
como Emissora,

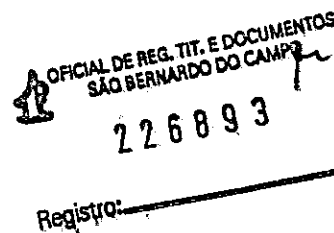
SPLICE DO BRASIL – TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA S.A., COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A. e BRVIAS HOLDING VRD S.A.

como Fiadoras,

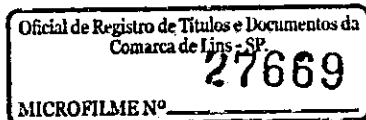
PENTÁGONO S.A DTVM
como Agente Fiduciário representando os Debenturistas



Datado de
18 de maio de 2012



[Handwritten signatures and marks]

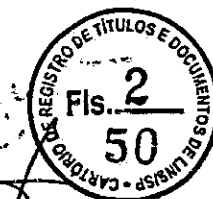


OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, térreo, CEP 16400-679, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 10.635.691/0001 53, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35.300.352.432, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

SPLICE DO BRASIL – TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade Votorantim, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 154, Bloco "D", Bairro Lageado, CEP 18110-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.397.007/0001-27, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE nº 35.300.151.259, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**SPLICE**");

COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, sala 9, Jardim Planalto, CEP 09895-400, inscrita no CNPJ/MF nº 05.169.726/0001-76, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE nº 35.300.191.293, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**COMPORTE**");

BRVIAS HOLDING VRD S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar, sala D, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.321.274/0001 61, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE nº 35.300.352.441, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**BRVIas**", e em conjunto com a COMPORTE e a SPLICE, simplesmente "**Fiadoras**");

PENTÁGONO S.A. DTVM., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bl. 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Agente Fiduciário**");

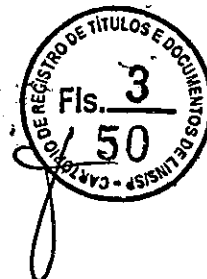
sendo a Emissora, o Debenturista, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição

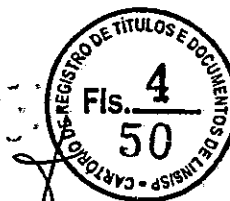
Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.”
 (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos iniciados com letras maiúsculas nesta Escritura têm os seguintes significados, sem prejuízo de outros termos definidos no corpo desta Escritura:

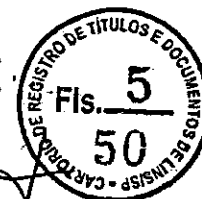
1. “AGE BRVias” significa a Assembleia Geral Extraordinária da BRVias realizada em 24 de novembro de 2011, a qual aprovou penhor da totalidade das ações da Emissora de titularidade da BRVias, representativas de 99,99% de seu capital social e de titularidade da BRVias;
2. “Agência de Rating”: significa a Standard. & Poor’s, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20;
3. “Agente Escriturador”: tem o significado que lhe é atribuído no item 10.1., desta Escritura;
4. “Agente Fiduciário”: PENTÁGONO S.A. DTVM, conforme qualificado no preâmbulo desta Escritura;
5. “Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.4.1. desta Escritura;
6. “Assembleia Geral de Debenturistas” significa a assembleia geral de Debenturistas, nos termos da cláusula IX abaixo;
7. “Atualização Monetária”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2. desta Escritura;
8. “Auditoria dos Investimentos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.4. desta Escritura;
9. “Banco Arrecadador”: significa Banco Bradesco S.A. no exercício de suas funções descritas no Contrato de Administração de Contas;
10. “Banco Mandatário”: tem o significado que lhe é atribuído no item 10.1. desta Escritura;
11. “BRVias”: significa BRVias Holding VRD S.A., tal como qualificada no preâmbulo desta Escritura;
12. “CETIP”: significa a CETIP S.A. - Mercados Organizados;
13. “Condição Suspensiva”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.10.1;
14. “Contrato de Administração de Contas” significa o Contrato de Administração de Contas celebrado, nesta data, entre Emissora, a BRVias, o Agente Fiduciário e o Banco Arrecadador;
15. “Contrato de Concessão” significa o Contrato de Concessão Rodoviária nº 005/ARTESP/2009;



16. "Contratos de Garantia": significa, conjuntamente, o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos e o Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças;
17. "CVM": significa a Comissão de Valores Mobiliários;
18. "Data de Emissão": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7. desta Escritura;
19. "Data de Pagamento da Remuneração": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.3.3. da presente Escritura;
20. "Data da Subscrição": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.10.2. da presente Escritura;
21. "Data de Vencimento": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.8. desta Escritura;
22. "Data de Verificação": tem o significado que lhe é atribuído no item 6.2. desta Escritura;
23. "Debêntures": significa as 300 (trezentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, da 1ª Emissão da Emissora;
24. "Debêntures em Circulação": tem o significado que lhe é atribuído no item 9.2.2. desta Escritura;
25. "Debenturistas": significa conjuntamente os titulares das Debêntures;
26. "Distribuição de Resultado" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1. desta Escritura;
27. "Emissão": significa a presente emissão de 300 (trezentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
28. "Emissora": significa a VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A., tal como qualificada no preâmbulo desta Escritura;
29. "Escritura": significa o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.";
30. "Fiadoras": significa em conjunto Splice do Brasil – Telecomunicações e Eletrônica S.A., Comporte Participações S.A. e BRVias Holding VRD S.A., conforme o preâmbulo da presente Escritura;
31. "ICVM 28": significa Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 28, de 23 de novembro de 1983;
32. "ICVM 476": significa Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009;



33. "Índices Financeiros": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (y) do item 6.1 desta Escritura;
34. "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item 4.5.1. desta Escritura;
35. "Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item 4.5.1. desta Escritura;
36. "IPCA": significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado de tempos em tempos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
37. "Garantias": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.5.1. desta Escritura;
38. "JUCESP": significa Junta Comercial do Estado de São Paulo;
39. "Juros": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.3. desta Escritura;
40. "Lei das Sociedades por Ações": significa Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas respectivas alterações posteriores;
41. "Partes Relacionadas": significa qualquer controlador, controlada, afiliada ou coligada da respectiva sociedade ou, no caso de pessoas físicas, o seu cônjuge e parentes até o segundo grau;
42. "Período de Atualização": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2.5. desta Escritura;
43. "Período de Investimento" significa o Período de Investimento previsto no item 3.2.2.;
44. "Plano de Investimentos": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1. desta Escritura;
45. "Prazo da Auditoria": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.7. desta Escritura;
46. "Prêmio" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.8.1. desta Escritura;
47. "Projeto": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1.2. desta Escritura;
48. "RCA da Emissora": Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de abril de 2012, conforme re-ratificada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de maio de 2012, que aprovou, entre outros, (i) a presente Emissão e seus termos e condições; (ii) a celebração dos Contratos de Garantia dos quais a Emissora é parte; e (iii) o compartilhamento dos Contratos de Garantia;
49. "Relatórios de Uso dos Recursos": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.1. desta Escritura;
50. "Relatório Informativo": tem o significado que lhe é atribuído no subitem (ii) da alínea (a) do item 6.1. desta Escritura;
51. "Relatório Periódico": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (v) do item 6.1. desta Escritura;



226893

Registro: _____

52. "Remuneração": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3. desta Escritura;
53. "Resgate Antecipado": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.8.1. desta Escritura;
54. "Reunião das Fiadoras" significa a Assembleia Geral Extraordinária da COMPORTE e SPLICE, realizada em 10 de abril de 2012 e em 14 de março de 2012 respectivamente, e a Reunião do Conselho de Administração da BRVias, realizada em 18 de abril de 2012;
55. "SDT": significa o Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP;
56. "SND": significa o Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP;
57. "Subscritores": significa aqueles que subscreverem e integralizarem as Debêntures;
58. "Valor Garantido": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (d) do item 4.5.1.;
59. "Valor Nominal Unitário": R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme item 4.1.1. desta Escritura;
60. "Valor Nominal Unitário Atualizado": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2.1. desta Escritura; e
61. "Valor Total da Emissão": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5. desta Escritura.



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 26 de abril de 2012, conforme re ratificada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de maio de 2012 ("RCA da Emissora"), nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.
- 1.2. A prestação, pelas Fiadoras, das fianças objeto dos itens 4.5.1., alínea "c" e 4.5.2. abaixo, foram devidamente autorizadas pela Reunião das Fiadoras, nos termos de seus estatutos sociais. A celebração do Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças pela BRVias foi aprovado pela AGE da BRVias.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2. A Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pela Lei das Sociedades por Ações.

2.1. Arquivamento e Publicação dos atos societários relativos à Emissão

- 2.1.1. Observado o disposto no artigo 62, inciso I, e o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA da Emissora que deliberou sobre a Emissão será devidamente arquivada

Registro: _____

perante a JUCESP e será publicada no DCI – Comércio, Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”). O registro e publicação das atas da Reunião das Fiadoras serão feitos da seguinte forma:

- (a) ata de RCA da BRVias e a ata de AGE da BRVias serão arquivadas na JUCESP e publicadas no DOESP e no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”;
- (b) a ata da AGE da Comporte será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Empresas & Negócios de São Bernardo do Campo”; e
- (c) a ata da AGE da Splice foi arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”.

2.1.2. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o registro da Escritura, nos termos do item 2.2 abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI – Comércio, Indústria & Serviços, conforme a legislação em vigor.



2.2. Arquivamento desta Escritura e de Eventuais Aditamentos

2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, e do seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro para Custódia Eletrônica

2.3.1. As Debêntures serão registradas para custódia eletrônica e liquidação financeira de eventos na CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP.

2.4. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

2.4.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.4.2. Além disso, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

2.5. Registros das Garantias

2.5.1. Nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei dos Registros Públicos”), a presente Escritura, em função da garantia fidejussória de que trata o item 4.5.1(c) abaixo, será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede de cada uma das Partes, quais sejam a Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, a Cidade de Lins no Estado de São Paulo, a Cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a Cidade de Votorantim, no Estado de São Paulo e a Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Os Contratos de Garantia deverão também ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados nos respectivos Contratos de Garantia, previamente à subscrição das Debêntures objeto da Emissão, sendo certo que uma via original dos Contratos de Garantia e uma via original da Escritura devidamente registrados em referidos cartórios deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário previamente à subscrição e integralização das Debêntures.

CLÁUSULA III

226893

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Registro: _____

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende a realização, sob regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração do Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, na forma do Edital nº 006/2008 e correspondente Contrato de Concessão.

3.2. Destinação dos Recursos da Emissão

3.2.1. Plano de Investimentos

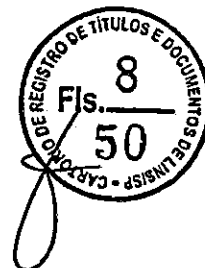
3.2.1.1. Os recursos desta Emissão serão depositados em conta corrente de titularidade da Emissora ("Conta de Liquidação") e deverão ser utilizados para investimento em infraestrutura, por meio da Emissora, em projetos integrantes do plano de investimentos e devidamente identificados no Anexo I desta Escritura ("Plano de Investimentos") e demais projetos aprovados nos termos do item 3.2.1.2 abaixo.

3.2.1.2. Desde que haja anuência prévia, por escrito, dos titulares da maioria das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora poderá, a qualquer tempo, incluir novos itens e/ou projetos no Plano de Investimentos (cada projeto integrante do Plano de Investimentos, um "Projeto"), desde que atendido o disposto na legislação aplicável e nos itens 3.2.1.1 acima e 3.2.1.4 a seguir. A inclusão de novos itens e/ou Projetos deverá ser realizada através de aditamento ao Anexo I desta Escritura, contendo descrição do novo item e/ou Projeto, conforme o caso, e somente produzirá efeitos após a celebração e registro do referido aditamento na JUCESP e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

3.2.1.3. Para solicitar a inclusão de novos itens e/ou Projetos no Anexo I, a Emissora deverá enviar comunicação aos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário deverá imediatamente convocar Assembleia Geral de Debenturistas que deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação da Emissora nesse sentido. A comunicação acerca da decisão dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sobre a aprovação ou rejeição da inclusão de novos itens e/ou Projetos deverá ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação, ficando desde já certo que as partes envidarão os melhores esforços para que seja possível a devida instalação da referida Assembleia em primeira convocação.

3.2.1.4. São elegíveis para inclusão no Plano de Investimentos projetos de construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias que (i) estejam em andamento ou (ii) sejam iniciados dentro do Período de Investimento. Somente será considerado como cumprido o Plano de Investimentos se os recursos originários da Emissão forem alocados em Projetos durante o Período de Investimento.

3.2.1.5. Fica acordado desde já que não serão considerados elegíveis para inclusão no Plano de Investimentos (i) os dispêndios relacionados à manutenção, custeio e consumo da Emissora, bem como quaisquer despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório e/ou publicidade institucional, dentre outros, e (ii) qualquer projeto ou rubrica de investimentos que não esteja em conformidade com o disposto no item 3.2.1.4. e não tenha sido aprovado pelos Debenturistas. A Emissora não financiará mais de 90% (noventa por cento) do Plano de Investimentos com recursos obtidos por meio desta Emissão e fica obrigada ainda a investir um valor mínimo de recursos próprios de R\$33.400.000,00 (trinta e três milhões e quatrocentos mil reais) no Plano de Investimento.



3.2.2. Período de Investimento

Registro: _____

3.2.2.1. Os recursos decorrentes da presente Emissão deverão ser investidos nos Projetos que deverão ser realizados no período de maio de 2012 a abril de 2019, devendo em qualquer caso ser observado o Plano de Investimentos ("Período de Investimento").

3.2.3. Comprovação dos Investimentos.

3.2.3.1. Para fins da comprovação do cumprimento do Plano de Investimentos, a Emissora deverá enviar, até 60 (sessenta) dias corridos após o término do Período de Investimento, ao Agente Fiduciário, e este, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento do respectivo relatório de Auditoria dos Investimentos, aos Debenturistas, relatório de utilização dos recursos decorrentes da Emissão ("Relatórios de Uso dos Recursos"), juntamente com o parecer favorável da Auditoria dos Investimentos, observados os procedimentos e requisitos aplicáveis ao referido relatório e à mencionada auditoria definidos na presente Escritura.

3.2.3.2. O Relatório de Uso dos Recursos deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) o investimento realizado nos Projetos tal como descrito no Plano de Investimentos; (ii) a data e o valor de cada pagamento; (iii) o número das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias do investimento realizado; (iv) item ou serviço adquirido; (v) contratos e fornecedores favorecidos; (vi) datas de pagamentos; (vii) demais informações complementares aos pagamentos constantes do sistema da Emissora; e (viii) investimento mínimo da Emissora no Plano de Investimentos, com recursos próprios, no montante de pelo menos 10% (dez por cento) do valor total indicado no Anexo I.

3.2.3.3. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório de Usos de Recursos e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados.

3.2.3.4. A comprovação da utilização dos recursos da Emissão nos Projetos constantes do Plano de Investimentos deverá ocorrer mediante auditoria específica, a ser realizada por auditor registrado na CVM, escolhido pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, com base em sugestões de empresas enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, a ser contratada para este fim às expensas da Emissora, cujo relatório deverá ter como destinatário os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Auditoria dos Investimentos").

3.2.3.5. Após a apresentação do relatório de Auditoria dos Investimentos, os documentos comprobatórios deverão ser disponibilizados aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário sempre que solicitado e se dará mediante o aviso prévio de 5 (cinco) dias à Emissora.

3.2.3.6. O relatório da Auditoria dos Investimentos deverá atestar a destinação dos recursos objeto do Período de Investimento.

3.2.3.7. O parecer favorável da Auditoria dos Investimentos deverá ser recebido pelo Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias úteis contados da entrega pela Emissora, do Relatório de Uso dos Recursos ("Prazo da Auditoria").

3.2.4. Responsabilidade do Agente Fiduciário

3.2.4.1. A verificação da comprovação da utilização dos recursos da Emissão nos Projetos constantes do Plano de Investimentos será realizada pelo Agente Fiduciário exclusivamente com base nas informações contidas no Relatório de Uso dos Recursos, devidamente acompanhados de parecer favorável da Auditoria dos Investimentos, nos termos do item 3.2.3.6, acima, não



podendo ser imputada ao Agente Fiduciário quaisquer responsabilidades pela verificação de autenticidade, suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de referidas informações, ou ainda em qualquer outro documento que lhes seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar tais informações.

3.3. Número da Emissão

3.3.1. A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

3.4. Número de Séries

226893

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

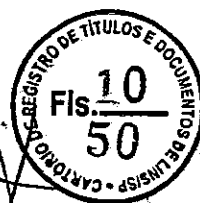
Registro: _____

3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão, é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.6. Registro para Distribuição e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo que a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira serão realizadas através da CETIP.



3.6.1.1. A Emissora deverá arcar com todas as despesas necessárias com o registro das Debêntures na CETIP para distribuição no mercado primário através do SDT e para negociação no mercado secundário através do SND.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado, independentemente de notificação à Emissora, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 e do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 409, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, com intermediação de instituição intermediária integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, a ser contratada pela Emissora.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures.

4.1.2.1. Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

4.1.3. Forma.

4.1.3.1. As Debêntures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. Comprovação de Titularidade.

4.1.4.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, caso as Debêntures venham a estar custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.5. Espécie.

4.1.5.1 As Debêntures são da espécie com garantia real e contarão com garantia adicional fidejussória, nos termos do item 4.5.1, alínea (c) e 4.5.2 abaixo.

4.1.6. Conversibilidade.

4.1.6.1. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Data de Emissão.

4.1.7.1. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será dia 04 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.8. Data de Vencimento.

4.1.8.1. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado, previstas nos itens 4.8 e 5.1 desta Escritura, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 04 de junho de 2027 ("Data de Vencimento").

4.1.9. Preço de Subscrição e Integralização.

4.1.9.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, sem incidência de qualquer correção monetária ou valor adicional. As Debêntures deverão ser subscritas em até 10 (dez) dias, contados da Data de Emissão, desde que cumpridas as condições precedentes referidas nos itens 4.1.10 e 4.1.10.2 abaixo.

4.1.10. Condições para a Subscrição das Debêntures.

4.1.10.1 As obrigações assumidas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no âmbito desta Escritura e dos Contratos de Garantia estão sujeitas à aprovação pelos órgãos competentes dos Debenturistas, bem como ao atendimento a exigências e condições específicas que poderão vir a ser formuladas pelos órgãos competentes dos Debenturistas durante o processo de aprovação da subscrição e integralização das Debêntures ("Condição Suspensiva"), sendo certo que caso tais aprovações não sejam obtidas até 10 (dez) dias corridos contados da Data de Emissão, a presente Escritura será resiliada e as obrigações

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____



Registo: _____
aqui descritas serão extintas de pleno direito, não restando qualquer obrigação ou ônus para as Partes, nem qualquer obrigação de indenizar.

4.1.10.2. A subscrição das Debêntures ocorrerá em até 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, e desde que comprovadas aos Debenturistas o cumprimento das seguintes condições precedentes, observado o quanto disposto no item 4.1.10.3 abaixo, sendo que referida data será definida como "Data da Subscrição" para os efeitos da presente Escritura:

(i) obtenção do registro desta Escritura e dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de Lins, no Estado de São Paulo, a Cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a Cidade de Votorantim, no Estado de São Paulo e a Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, bem como cumprimento de todas as formalidades neles previstas de acordo com a Lei dos Registros Públicos;

(ii) arquivamento desta Escritura na JUCESP;

(iii) celebração dos Contratos de Garantia listados no item 4.5.1 abaixo e do Contrato de Administração de Contas;

(iv) cumprimento de todas as formalidades previstas nos Contratos de Garantia e na legislação aplicável para a validade e exequibilidade das garantias objeto de tais Contratos de Garantia, incluindo mas não se limitando à obtenção das aprovações das Garantias pela Agência Reguladora de Serviços Público Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP");

(v) arquivamento da ata da RCA da Emissora perante a JUCESP e publicação no DCI – Comércio, Indústria & Serviços e no DOESP;

(vi) arquivamento da ata da RCA da BRVias e da ata da AGE da BRVias perante a JUCESP e publicação no DOESP e no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços;

(vii) arquivamento da ata da AGE da Comporte perante a JUCESP e publicação no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios de São Bernardo do Campo";

(viii) arquivamento da ata da AGE da Splice perante a JUCESP e publicação no DOESP e no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços".

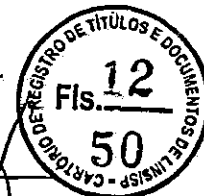
(ix) relatório definitivo de *rating* da Emissão das Debêntures elaborado pela agência classificadora de risco internacional Standard & Poor's que resulte em nota, no mínimo, equivalente a A (bra) na escala local;

(x) registro das Debêntures para custódia eletrônica e liquidação financeira de eventos na CETIP, por meio do SND;

(xi) encaminhar ao Agente Fiduciário uma via original e uma cópia autenticada dos Contratos de Garantia, bem como uma via original e uma via autenticada da presente Escritura, devidamente registrados nos cartórios competentes mencionados no item (i) acima;

(xii) recebimento pelo Subscritor de opinião legal emitida pelo escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, tendo como objeto a regularidade legal da Emissão e o cumprimento das Condições Precedentes, em termos satisfatórios para o Subscritor.

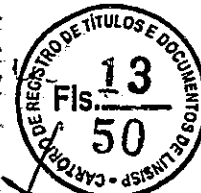
4.1.10.3 A integralização somente ocorrerá após a subscrição das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, pelos Debenturistas, do extrato de comprovação da titularidade das debêntures emitido pelo Agente Escriturador ("Data de Integralização").



4.1.10.4. A subscrição e integralização das Debêntures estão sujeitas, ainda, às seguintes condições:

(i) manutenção de toda a estrutura de contratos e capacidade operacional pela Emissora até a Data de Subscrição e a Data de Integralização;

(ii) não deverá ter ocorrido, até a Data de Subscrição e a Data de Integralização: (a) qualquer alteração adversa relevante nos negócios e condição financeira da Emissora ou das Fiadoras; (b) alterações na política monetária do Governo Federal que impactem diretamente o setor de atuação da Emissora ou suas subsidiárias, e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente suas perspectivas futuras e tornem a realização da Emissão inviável e/ou desaconselhável; (c) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie da Emissão, e/ou aumento das alíquotas, e/ou valores dos tributos já incidentes na data da presente Escritura, ou incidência de regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional, tornando inviável ou desaconselhável a realização da Emissão; ou (d) casos fortuitos ou eventos de força maior, conforme definidos pelo artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que tornem inviável ou desaconselhável a realização da Emissão.



4.1.10.5 Caso qualquer das condições precedentes para a Subscrição e para a Integralização, mencionadas nas cláusulas 4.1.10.2 e 4.1.10.3 não for cumprida em até 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, cabe exclusivamente ao Debenturista decidir sobre a realização de Subscrição e Integralização. Caso não ocorra a Subscrição ou a Integralização das Debêntures, não será gerado nenhum direito ou obrigação a nenhuma das partes, sendo a Emissora responsável por todos os custos incorridos e decorrentes, se for o caso.

4.1.11. Forma de Subscrição e Integralização.

4.1.11.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.2. Condições de Negociação das Debêntures.

4.2.1 As Debêntures somente poderão ser negociadas, conforme o disposto no artigo 13 e 15, §1º, da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, considerando que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

4.3. Remuneração das Debêntures.

4.3.1. A remuneração das Debêntures será composta pelos Juros e pela Atualização Monetária ("Remuneração"), nos seguintes termos:

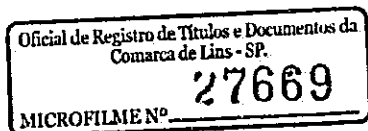
4.3.2. Atualização Monetária.

4.3.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão até o final do Período de Atualização correspondente, pela variação acumulada do IPCA ("Atualização Monetária" e "Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ao final do Período de Atualização correspondente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

13

2



onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ao final de cada Período de Atualização correspondente, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal unitário de emissão ou saldo do valor nominal unitário da Debênture, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, dentro do Período de Atualização correspondente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$



OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA divulgado no mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Considera-se como "data de aniversário" o dia 04 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

4.3.2.2. Os fatores resultantes das expressões $[NI_k / NI_{k-1}]^{dup/dut}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.2.3. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

4.3.2.4. O cálculo da atualização monetária pelo IPCA será realizado mensalmente ou no menor período permitido pela legislação em vigor, contados da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.3.2.5. Para os fins desta Escritura, a expressão "Período de Atualização" é definida como um intervalo de tempo de duração de 12 (doze) meses cada, com início na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Atualização, ou no dia útil imediatamente subsequente ao término do Período de Atualização anterior, no caso dos demais Períodos de Atualização.

4.3.2.6. A Emissora obriga-se a recompor qualquer perda resultante da impossibilidade da aplicação às Debêntures da correção monetária pelo IPCA mensalmente ou no menor período permitido pela legislação em vigor em decorrência do vencimento antecipado ou do resgate antecipado das Debêntures.

4.3.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou ainda no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IPCA, será utilizado em sua substituição o parâmetro oficial que vier a ser determinado, se houver. Caso (i) o período de 30 (trinta) dias referido acima seja ultrapassado sem que haja divulgação do IPCA, ou (ii) na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do IPCA, não haja substituto legal; então o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado.

4.3.2.8. Em qualquer hipótese mencionada neste item, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ambas as partes deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias do prazo de encerramento das negociações, nomear um perito independente para a determinação do novo parâmetro de atualização, o qual deverá refletir o índice de variação de preços ao mercado, e que será conclusivo e vinculante às partes. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas na nomeação do perito, as Debêntures vencerão antecipadamente.

4.3.3. Juros.

4.3.3.1. Cada uma das Debêntures fará jus a Juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, nas datas indicadas no item 4.3.3.3. abaixo, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado, previstas nos itens 4.8 e 5.1 desta Escritura.

4.3.3.2. Os Juros serão pré-fixados à taxa de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculados cumulativa e exponencialmente *pro rata temporis*, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a Data de Emissão até o final de cada Período de Atualização, ou, se for o caso, na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures nos termos do item 4.8 abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor dos Juros devidos ao final de cada Período de Atualização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ao final de cada Período de Atualização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS.
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

taxa = é a taxa de juros fixa equivalente a 7,7500 (sete inteiros e setenta e cinco décimos); e

DP = Número de dias úteis do respectivo Período de Atualização, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.3.3. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado, previstas nos itens 4.8 e 5.1 desta Escritura, respectivamente, o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em 04 de junho de 2013, sendo (i) os pagamentos das demais parcelas devidos anualmente no mesmo dia dos anos subsequentes; e (ii) a última parcela paga na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir (cada uma das datas indicadas abaixo, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

Data de Pagamento dos Juros
04 de junho de 2013
04 de junho de 2014
04 de junho de 2015
04 de junho de 2016
04 de junho de 2017
04 de junho de 2018
04 de junho de 2019
04 de junho de 2020
04 de junho de 2021
04 de junho de 2022
04 de junho de 2023
04 de junho de 2024

04 de junho de 2025
04 de junho de 2026
04 de junho de 2027

226893

Registro: _____

4.3.4. Farão jus ao Juros aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração.

4.4. Amortização das Debêntures

4.4.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado apurado na data da primeira amortização será amortizado anualmente, em 10 (dez) parcelas, no percentual indicado no quadro abaixo ("Amortização"), nas datas constantes da tabela a seguir:

<u>Datas da Amortização</u>	<u>Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado</u>
04 de junho de 2018	3,00%
04 de junho de 2019	5,00%
04 de junho de 2020	6,00%
04 de junho de 2021	7,00%
04 de junho de 2022	11,00%
04 de junho de 2023	13,00%
04 de junho de 2024	13,00%
04 de junho de 2025	14,00%
04 de junho de 2026	14,00%
04 de junho de 2027	14,00%



4.5. Garantias

4.5.1. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário, contarão com as seguintes garantias ("Garantias"):

(a) Penhor, em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, de 144.500.446 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentas mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias de emissão da Emissora e de 144.499.550 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e nove mil, quinhentas e cinquenta) ações preferenciais de emissão da Emissora, todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos percentuais) do capital social votante e total da Emissora, detidas pela BRVias, nos termos do Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras

Registro: _____

Avenças firmado nesta data entre a Emissora, a BRVias, o BNDES e o Agente Fiduciário ("Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças");

(b) Cessão fiduciária, formalizada por meio do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, firmado nesta data entre a Emissora, a BRVias, o BNDES e o Agente Fiduciário ("Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos") e, em conjunto com o Instrumento Particular de Penhor de Ações, os "Contratos de Garantia"), pela Emissora de:

i) todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei de Concessões, cujos valores deverão ser depositados, na conta de titularidade da Emissora nº 8438-7, mantida na agência nº 2372-8 do Banco Arrecadador ("Conta dos Direitos Emergentes da Concessão"); -

ii) todos os direitos de crédito da Emissora, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e seus acessos ("Sistema Rodoviário"), nos termos do Contrato de Concessão, bem como todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Marechal Rondon Oeste, incluindo, mas sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas;

iii) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas contas correntes abertas no Banco Arrecadador de titularidade da Emissora nas contas nº 8432-8 da agência 2372-8 ("Conta Centralizadora"), nº 8433-6 da agência 2372-8 ("Conta Garantia"), nº 8437-9 da agência nº 2372-8 ("Conta Reserva do Serviço da Dívida TJLP"), nº 8436-0 da agência nº 2372-8 ("Conta Reserva do Serviço da Dívida IPCA"), nº 8435-2 da agência nº 2372-8 ("Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures"), e em conjunto com a Conta Reserva do Serviço da Dívida TJLP e a Conta Reserva do Serviço da Dívida IPCA, e as "Contas Reserva do Serviço da Dívida", e nº 8434-4 da agência nº 2372-8 ("Conta de Operação"), bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo cotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas do Projeto, sendo todas as referidas contas mantidas junto ao Banco Arrecadador, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Direitos Creditórios"). A Conta Garantia, a Conta de Operação, Contas Reserva do Serviço da Dívida, a Conta Centralizadora e a Conta dos Direitos Emergentes da Concessão, em conjunto, são denominadas as "Contas do Projeto", e os Direitos Creditórios e as Contas do Projeto são denominados conjuntamente "Direitos e Contas Cedidas"; e

(c) fiança, ora prestada pelas Fiadoras, de forma irrevogável e irretroatável e em caráter solidário, na qualidade de principais pagadoras, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações de pagamento previstas nesta Escritura ("Valor Garantido"), renunciando expressamente aos benefícios de que tratam os artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 836, 838 e 839 do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro, sendo certo que (i) as Fiadoras poderão ser demandadas quantas vezes forem necessárias para o integral cumprimento das obrigações ora garantidas; (ii) nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento das obrigações ora garantidas; e (iii) a presente fiança entrará em vigor nesta data e permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral das obrigações constantes nesta Escritura.



4.5.1.1. Exceto pelas Contas Reservas do Serviço da Dívida, as garantias descritas neste item 4.5.1 (a) e (b), serão compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, nos termos do "Instrumento Particular de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças", celebrado ente o Agente Fiduciário e o BNDES. A Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures será garantia exclusiva dos Debenturistas, sem compartilhamento com o BNDES, da mesma forma que as Conta Reserva do Serviço da Dívida TJLP e Conta Reserva do Serviço da Dívida IPCA serão garantias exclusivas do BNDES, sem compartilhamento com os Debenturistas.

4.5.2. As Fiadoras obrigam-se a pagar toda e qualquer parte do Valor Garantido inadimplido pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando-as sobre tal inadimplemento. Todo e qualquer pagamento realizado pelas Fiadoras em relação à fiança ora prestada será realizado em iguais valores aos que seriam devidos à este pela Emissora e fora do âmbito da CETIP.

4.6. Condições de Pagamento

4.6.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

4.6.2. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem custodias eletronicamente na CETIP, ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, de acordo com os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador.

4.6.3. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 3% (três por cento) e juros de mora de 1,5% (um e meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, sem prejuízo da incidência da Remuneração, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7. Repactuação

4.7.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.8. Resgate Antecipado

4.8.1. A Emissora, à seu exclusivo critério, poderá, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2013 e desde que tenha comprovado o uso da totalidade dos recursos decorrentes da Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, mediante notificação ao Agente Fiduciário, nos termos do item 11.7 desta Escritura, com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será feito por meio do pagamento do (i) saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento dos Juros, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado; e de prêmio, conforme tabela a seguir, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado objeto do Resgate Antecipado ("Prêmio").

Período	Prêmio
Entre 1/01/2013 e 31/12/2015	3,00% (três por cento)
Entre 1/01/2016 e 31/12/2016	2,50% (dois vírgula cinquenta centésimo por cento)
Entre 1/01/2017 e 31/12/2017	2,00% (dois por cento)



OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO
226893

Registro: _____

Entre 1/01/2018 e 31/12/2018	1,50% (um vírgula cinquenta centésimo por cento)
Entre 1/01/2019 e 31/12/2019	1,00% (um por cento)
Entre 1/01/2020 e 31/12/2020	0,90% (noventa centésimos por cento)
Entre 1/01/2021 e 31/12/2021	0,80% (oitenta centésimos por cento)
Entre 1/01/2022 e 31/12/2022	0,70% (setenta centésimos por cento)
Entre 1/01/2023 e 31/12/2023	0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
Entre 1/01/2024 e 31/12/2024	0,60% (sessenta centésimos por cento)
Entre 1/01/2025 e 31/12/2025	0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento)
Entre 1/01/ 2026 até vencimento	0,50% (cinquenta centésimo por cento)



OFICIAL DE REG. TÍT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.8.2. A Emissora não poderá realizar resgates antecipados parciais das Debêntures.

Registro: _____

4.8.3. Na notificação do Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo e (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (iii) do valor da Remuneração devido.

4.8.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora através de correspondência com o "de acordo" do Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data de efetivação do resgate total antecipado.

4.8.5. Independentemente de seu valor, o Resgate Antecipado contemplará todas as Debêntures em Circulação.

4.9. Resgate Antecipado Obrigatório

4.9.1. Caso haja alteração da classificação de risco da Emissão pela Agência de Rating que resulte em nota inferior a BBB- na escala local da Agência de Rating, ou equivalente de qualquer outra agência de classificação de risco, o Agente Fiduciário deverá convocar imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o resgate antecipado ou não das Debêntures. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas decida pelo Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, a Emissora deverá, em até 60 (sessenta) dias contados da referida Assembleia Geral de Debenturistas, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação.

4.9.2. O resgate antecipado obrigatório, de que trata o item 4.9.1. não está sujeito à incidência do Prêmio ou de qualquer outra espécie de acréscimo.

4.9.3. As Debêntures resgatadas nos termos deste item 4.9. serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.9.4. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, esta deverá ser comunicada pela Emissora através de correspondência com o "de acordo" do Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data de efetivação do resgate total antecipado.

4.9.5 Caso não haja o Resgate Antecipado Obrigatório no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na cláusula 4.9.1 acima, tal fato configurará um evento de Vencimento Antecipado.

4.10. Aquisição Facultativa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, de acordo com o disposto na ICVM 476, adquirir a totalidade e/ou parcialmente as Debêntures em Circulação, observado o disposto no § 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO



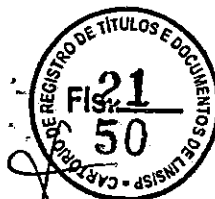
OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

5.1. Vencimento Antecipado

Registro: _____

5.1.1 Hipóteses de vencimento antecipado automático. Independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas e do envio de comunicação à Emissora e às Fiadoras neste sentido, são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado de cada uma das Debêntures, acrescido dos Juros devidos desde a Data da Emissão ou término do último Período de Atualização, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:



(a) em relação à Emissora e às Fiadoras apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência, decretação de falência, liquidação, dissolução ou extinção, não elidido no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do evento em questão, ou quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, requeridos por qualquer uma dessas empresas ou decretados contra qualquer delas;

(b) não pagamento, pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento, do Valor Nominal Unitário Atualizado de cada uma das Debêntures, dos Juros ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data prevista para o seu pagamento;

(c) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista no Plano de Investimentos ou de forma intempestiva em relação ao Período de Investimento, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;

(d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) alienação ou cessão de participação acionária de forma que os respectivos atuais controladores diretos ou indiretos da Emissora deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das ações com direito a voto e do capital total da Emissora ou das Fiadoras, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(f) a legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura ou de quaisquer Contratos de Garantia seja questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial não tenha seus efeitos suspensos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tal declaração judicial de nulidade ou inexecutibilidade se tornar eficaz;

(g) rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total desta Escritura ou de quaisquer dos Contratos de Garantia, exceto se comprovado pela Emissora que (a) houve erro ou má-fé de terceiros; (b) for revertido em 15 (quinze) dias úteis; ou (c) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

(h) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pelas Fiadoras nesta Escritura;

i) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

(j) utilização, pela Emissora, de notas fiscais ou faturas comprobatórias dos investimentos objeto do Plano de Investimentos, que foram objeto de outra fonte de financiamento, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento;

(k) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a empresa em questão comprove a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade das atividades de tal empresa até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(l) perda, caducidade, cassação definitiva, encampação ou extinção da concessão de serviço público detida pela Emissora ou suas afiliadas que resulte em um efeito materialmente adverso na capacidade de pagamento da Emissora e Fiadoras;

(m) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora acima do dividendo mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura;

(n) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato destinado a sequestrar, expropriar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, que possa acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia;

(o) solicitação, pela Emissora, de moratória ou suspensão do pagamento ou reestruturação de suas dívidas a qualquer credor;

(p) término ou cessação pela Emissora de suas atividades empresariais ou adoção das medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;

(q) qualquer alteração do atual controle da Emissora, direta ou indiretamente, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas a ser manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(r) rescisão, por qualquer motivo, dos Contratos de Garantia ou descumprimento, pela Emissora ou Fiadoras de quaisquer obrigações previstas em tais instrumentos, observados os prazos para a purgação da mora ali estabelecidos;

(s) vencimento antecipado de qualquer dos Contratos de Garantia, observados os prazos de purgação de mora previstos nos respectivos documentos; e

(t) contratação pela Emissora de novos endividamentos com terceiros, sem a comunicação prévia ao Debenturista; e

(u) não realização do Resgate Antecipado Obrigatório no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto na cláusula 4.9.1.



5.1.2. Hipóteses de vencimento antecipado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas. Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados abaixo, convocará em até 2 (dois) dias, Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e prazo previsto no item 9.1 abaixo, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data prevista para seu cumprimento original, desde que não haja prazo diferente para a obrigação pecuniária descumprida;

(b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra as Fiadoras, ainda que na condição de garantidoras de terceiros, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para a Emissora ou R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para as Fiadoras, salvo se ficar comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; (c) teve sua exigibilidade suspensa por sentença judicial; ou (d) forem prestadas garantias em juízo;

(c) inclusão da Emissora ou das Fiadoras em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para a Emissora ou R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para as Fiadoras;

(d) observado o quanto disposto no item 11.1 abaixo, ocorrência de evento de inadimplemento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para as Fiadoras, em contratos financeiros vigentes de que sejam parte, ainda que a Emissora ou as Fiadoras, conforme o caso, tenha obtido qualquer forma de perdão (*waiver*) do credor da obrigação inadimplida;

(e) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou das Fiadoras, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a respectiva empresa, de valor, unitário ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a Emissora ou R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para as Fiadoras, (i) para as quais a respectiva empresa não tenha feito provisão para pagamento, conforme publicado em suas demonstrações de resultado mais recentes e (ii) caso, em decorrência do pagamento da respectiva sentença arbitral haja o desenquadramento dos índices financeiros ("covenants") previstos nessa Escritura na cláusula 6.1. (y), nos termos de balanço pro-forma a ser levantado pela Emissora no respectivo período.

(f) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer disposições relevantes dos contratos celebrados com a Agência de Rating e com o Agente Fiduciário e que resultem em impacto adverso nas condições financeiras e/ou operacionais da Emissora;

(g) suspensão de quaisquer disposições desta Escritura ou de quaisquer dos Contratos de Garantia, desde que não sanada em 20 (vinte) dias úteis contados da suspensão;

(h) prática de quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora ou das Fiadoras, ou com esta Escritura, que possam comprometer, a critério dos Debenturistas, o pontual e integral cumprimento das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura;

(i) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente, a critério dos Debenturistas, a capacidade operacional ou financeira da Emissora ou das Fiadoras;



(j) transferência, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelas Fiadoras, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim;

(k) alteração do objeto social da Emissora transcrito no item 3.1 acima que acarrete, efetiva ou potencialmente, a critério dos Debenturistas, redução da capacidade de pagamento da Emissora;

(l) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora e/ou das Fiadoras, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora e/ou das Fiadoras, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora na Data de Emissão), exceto em razão de alterações nas práticas contábeis brasileiras;

(m) fusão, cisão, incorporação, transformação em outro tipo societário envolvendo as Fiadoras, exceto se tais operações previstas neste item resultem em redução inferior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Fiadora que esteja envolvida em qualquer uma das operações ora tratadas;

(n) venda ou alienação de ativos relevantes das Fiadoras, exceto se tais ativos relevantes não representem mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta da Fiadora envolvida na venda ou alienação, conforme a última demonstração financeira auditada e não representem mais de 10% (dez por cento) dos ativos totais da Fiadora que esteja envolvida em qualquer uma das operações a que se refere esta cláusula;

(o) não recebimento, pelo Agente Fiduciário, do relatório da Auditoria dos Investimentos no Prazo da Auditoria ou recebimento de parecer relativo à Auditoria dos Investimentos no qual conste impossibilidade de expressar sua opinião;

(p) obtenção de parecer adverso ou com ressalvas do resultado da Auditoria dos Investimentos;

(q) não entrega dos Relatórios de Uso dos Recursos em forma, conteúdo e nas datas estabelecidas nesta Escritura;

(r) não adequação do Relatório de Uso dos Recursos, após período de 30 (trinta) dias contado a partir de notificação, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, para substituição dos itens inadequados;

(s) descumprimento da obrigação de manutenção dos Índices financeiros previstos na alínea (y) do item 6.1 abaixo;

(t) descumprimento pela BRVias da obrigação prevista no item 2.2 do Contrato de Penhor de Ações, na forma e prazos lá previstos;

(u) emissão de quaisquer valores mobiliários, para subscrição pública ou privada, ou criação de novas classes de ações da Emissora, sem prévia autorização, por escrito, dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(v) acionamento de qualquer apólice de seguro contratada pela Emissora em valor, individual ou agregado, maior que 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, sem que os recursos obtidos com o acionamento de tais seguros sejam utilizados no projeto ou na amortização, ainda que parcial, da Debênture, neste último caso mediante anuência do Debenturista;



Registro: _____

(v) não constituição e formalização dos Contratos de Garantia de acordo com os termos e condições determinados nos respectivos Contratos de Garantia;

(w) declaração de nulidade de qualquer Garantia ou ocorrência de qualquer fato superveniente que abale ou reduza o valor de qualquer Garantia, sem que haja substituição ou reforço da respectiva Garantia, segundo condições previamente aprovadas pelos Debenturistas e em conformidade com o disposto nos Contratos de Garantia;

(x) aprovação de qualquer operação de fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas.



5.1.2.1 O Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures caso, na Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 5.1.2, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.1.2.2 Ocorrendo a Assembleia Geral de Debenturistas sem que seja aprovada a deliberação referida no item 5.1.2.1 acima, ou na hipótese de não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, por falta de quórum em primeira e segunda convocações, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá, da Emissora, o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescidos (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo encargos moratórios.

5.1.2.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, se for o caso, e (b) ao Banco Mandatário.

5.2. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.2.1 As cláusulas que envolvem valores monetários, deverão (i) ter os respectivos valores atualizados anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data do respectivo evento, e/ou (ii) ser considerado o respectivo valor em moeda estrangeira, quando for o caso.

5.2.2 Para fins de verificação da alínea "e" do item 5.1.2 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar ao Agente Fiduciário, anualmente, na data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), nas quais a Emissora ou as Fiadoras figurem como rés, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como provável, possível e remota).

5.3 Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado pela Emissora, pelas partes da presente Escritura. Todos os aditamentos à presente Escritura deverão ser registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, bem como inscritos na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Registro: _____

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos hipóteses previstas nas alíneas do item 5.1 desta Escritura (vencimento antecipado), na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

(ii) relatório trimestral de utilização dos recursos no respectivo período ("Relatório Informativo"), em até 30 (trinta) dias após o término do trimestre do respectivo ano civil, observada a obrigação de o Agente Fiduciário encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento. O Relatório Informativo deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) identificação e características do Projeto realizado com os recursos oriundos da Emissão; (ii) setor em que se insere o Projeto; (iii) localização do Projeto; (iv) número de empregos diretos e indiretos originados pelo Projeto; (v) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do Projeto; e (vi) atualização do estágio atual e previsão de conclusão de todos os Projetos. Os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório Informativo e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados; e

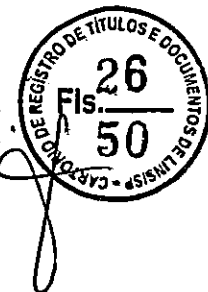
(iii) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário de forma justificada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados data da solicitação.

(b) apresentar ao Agente Fiduciário, (i) após o término do exercício social, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e, (ii) após o término de cada semestre do exercício social, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, cópia de suas informações financeiras revisadas por auditor independente, relativas ao respectivo semestre;

(c) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou pelos órgãos de fiscalização e controle ambientais brasileiros em relação a ações ou omissões da Emissora relacionadas aos Projetos, ressarcindo-os de quaisquer custos, despesas, ônus ou prejuízos que estes venham a incorrer em razão da não conformidade a normas e exigências estabelecidas na legislação ambiental em vigor, tais como condenações cíveis, imposição de multas de qualquer natureza, sanções penais ou administrativas, bem como qualquer outra penalidade estabelecida pela autoridade competente;

(d) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e das instruções CVM;

(e) contratar e manter contratada, às suas expensas, a Agência de Rating para que, até a Data de Vencimento, esta elabore e divulgue relatórios, com periodicidade anual, com a súmula de classificação de risco das Debêntures, observada obrigação da Emissora de encaminhar



Registro: _____

referidos relatórios ao Agente Fiduciário e da obrigação deste de encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do respectivo relatório;

(f) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) comunicar ao Agente Fiduciário, na forma do disposto no item 11.7 desta Escritura, qualquer rebaixamento da nota de risco das Debêntures pela Agência de Rating, em até 2 (dois) dias úteis da data em que houver divulgação da alteração da nota risco, prazo a partir do qual deverá se observar o quanto disposto no item 4.9 desta Escritura;

(h) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;

(j) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor em que atua;

(k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura, os Contratos de Garantia ou outro instrumento relacionado à presente Emissão;

(l) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.2 desta Escritura;

(m) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe ou possa vir a ocasionar modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.2 desta Escritura, hipótese em que o Agente Fiduciário deverá comunicar, imediatamente, tal fato aos Debenturistas e declarar, se for o caso, o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da alínea (c) do item 5.1.1 desta Escritura;

(n) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(o) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças, inclusive ambientais, relevantes, pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nessas licenças ou definidas em termos de ajuste de conduta (TACs);

(p) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto aqueles que estão sendo questionados de boa-fé nas esferas administrativa e judicial;

(q) enquanto houver Debêntures em Circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;



27

2

Registro: _____

(r) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o Agente Fiduciário, auditores independentes, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário, a Agência de Rating e a CETIP;

(s) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(t) cumprir pontualmente suas obrigações junto ao FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

(u) enviar ao Agente Fiduciário, ao final do prazo de 20 (vinte) dias, contados de cada data da solicitação pelo Agente Fiduciário, relatório com as seguintes informações ("Relatório Periódico"):

(i) cronograma físico-financeiro atualizado de cada Projeto comparado ao cronograma físico-financeiro inicialmente previsto no Plano de Investimentos; e

(ii) considerações da Emissora a respeito de eventuais avanços, atrasos e/ou distorções apresentadas na comparação do cronograma físico-financeiro atualizado de cada Projeto com o cronograma físico-financeiro inicialmente previsto no Plano de Investimentos;

(v) enviar semestralmente ao Agente Fiduciário, até os dias 20 de julho e 20 de janeiro de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de julho de 2012), relatório de investimentos discriminando (i) o investimento realizado tal como descrito no Plano de Investimentos, (ii) o produto ou serviço adquirido, (iii) o fornecedor contratado, (iv) a data e o valor de cada pagamento e (v) o número das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias;

(w) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;

(y) manter ou fazer com que sejam mantidos, conforme o caso, durante todo prazo da Emissão e desde que haja Debêntures em Circulação, os índices financeiros listados abaixo ("Índices Financeiros"), sendo certo que, caso a Emissora venha a contrair, com quaisquer credores, índices financeiros mais gravosos do que os abaixo elencados, tais índices serão automaticamente aplicados às obrigações ora pactuadas:

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), deverá ser superior ou igual a 1,3, conforme metodologia de cálculo definido abaixo, considerando as demais dívidas do projeto e desconsiderando-se o Caixa inicial, calculado a partir de dezembro de 2013;
- ii) Dívida Líquida / EBITDA (1) menor ou igual a 5,1, de Janeiro de 2013 a Dezembro de 2014; (2) menor ou igual a 4,5, de Janeiro a Dezembro de 2015; (3) menor ou igual a 3,5, de Janeiro de 2016 a dezembro de 2017; (4) menor ou igual 3,0, de Janeiro a Dezembro de 2018; (5) menor ou igual a 2,5 de Janeiro a Dezembro de 2019; e menor ou igual a 2,0 a partir de Janeiro de 2020;
- iii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido (1) menor ou igual a 4,0, da Data de Emissão a Dezembro de 2014; (2) menor ou igual a 3,5, de Janeiro a Dezembro de 2015; (3)

menor ou igual a 3,0, de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018; (4) menor ou igual a 2,5, de Janeiro a Dezembro de 2019; e (5) menor ou igual a 2,0 a partir de Janeiro de 2020;

- iv) Alavancagem não superior a 80/20, ou seja, a relação PL/Dívida, deverá ser superior à 20%;
- v) EBITDA/Despesa Financeira (1) maior ou igual 1,5, de Janeiro de 2013 a Dezembro de 2016; (2) maior ou igual a 2,0, de Janeiro a Dezembro de 2017; (3) maior ou igual a 2,5, a partir de Janeiro de 2018;

Para os fins deste item, considera-se como:

"Dívida": A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa que venha a ser criada, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

"Dívida Líquida": A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as Disponibilidades, reportado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

"Despesa Financeira": A rubrica Despesas Financeiras, reportado nas Demonstrações de Fluxo de Caixa pelo método indireto, apurada segundo as normas contábeis aplicáveis;

"EBITDA": (+) Lucro Líquido (+) Despesas Financeiras (+) Depreciações e Amortizações (+) Imposto de Renda e Contribuição Social (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (+) Provisão de manutenção e contingências, dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis. As rubricas Lucro Líquido, Imposto de Renda e Contribuição Social e Outras despesas/receitas líquidas não operacionais serão extraídos da Demonstração de Resultado da Companhia e as rubricas: Despesas Financeiras, Depreciações e Amortizações e Provisão de manutenção e contingências serão extraídos das Demonstrações de Fluxo de Caixa pelo método indireto;

"ICSD": A relação entre EBITDA – Variação da NCG – IR/CSLL Pagos / Serviço da Dívida;

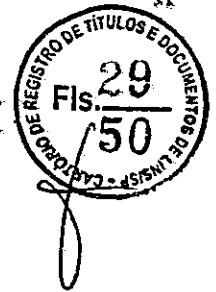
"Variação de NCG": Variação no ativo operacional circulante (Contas a receber, impostos diferidos) menos o passivo operacional circulante (Fornecedores, impostos e tributos a recolher e obrigações trabalhistas a pagar);

"PL": A rubrica Patrimônio Líquido, reportado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, apurado segundo as normas contábeis aplicáveis;

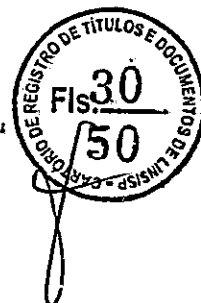
"Serviço da Dívida": Amortização de Principal e Juros de qualquer dívida;

(z) Não contratar Partes Relacionadas para prestação de serviços na Emissora, sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto se referida Parte Relacionada tenha expertise no serviço a ser contratado e faça sua prestação de forma habitual para outras empresas não integrantes do grupo econômico da Emissora e o contrato e esteja em condições de mercado.

(aa) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da ICVM 476, quais sejam:

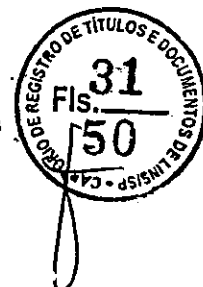


- i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- iv) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
- vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (bb) não contrair novos financiamentos ou qualquer outra forma de endividamento com terceiros, exceto se for aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim ou se for obtida a anuência por escrito dos Debenturistas, conforme as hipóteses previstas nos itens (i) e (ii) a seguir:
- (i) Nos financiamentos em que for verificado na memória de cálculo elaborada pela Emissora o desenquadramento dos Índices Financeiros, será necessária a aprovação da contratação de tal financiamento a ser obtida por meio de Assembleia Geral de Debenturistas. Para fins da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, com cópia aos Debenturistas, as condições do respectivo financiamento a ser contratado, em conjunto com as projeções financeiras, incluindo a memória de cálculo demonstrando o desenquadramento dos Índices Financeiros, elaborada pela Emissora com base na última demonstração financeira auditada disponível e no balancete contábil do mês anterior.
- (ii) Nos financiamentos em que for verificado na memória de cálculo elaborada pela Emissora o enquadramento dos Índices Financeiros, será necessária a anuência por escrito de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas, previamente aos financiamentos, a ser emitida no prazo 3 (três) dias úteis contados a partir da confirmação do recebimento pelos Debenturistas da mesma, bem como as condições do financiamento a ser contratado, em conjunto com as projeções financeiras. Os Debenturistas não poderão recusar injustificadamente a contratação do financiamento caso tenha recebido da Emissora relatório com a memória de cálculo demonstrando o enquadramento dos Índices Financeiros considerando essas novas obrigações financeiras. Caso os Debenturistas não emitam a anuência no referido prazo, será presumida a aceitação para a contração da dívida em questão, ficando a Emissora livre para contraí-la;
- (cc) até 30 de novembro de 2012, contratar instituição financeira autorizada pela CVM para escriturar as ações emitidas pela Emissora, bem como para guardar os livros de registro e transferência de tais ações; e
- (dd) não constituir garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores sem a prévia aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto pela contratação de Leasing ou



FINAME, destinados à aquisição de equipamentos de operação do Sistema Rodoviário, limitado ao montante de R\$3.000.000,00 (três milhões) de valor individual ou em conjunto.

6.2. Relativamente à alínea (y) do item 6.1, acima a Emissora deverá disponibilizar anualmente ao Agente Fiduciário (i) cálculo dos referidos Índices Financeiros, juntamente com (ii) suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social findo, (iii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros e (iv) declaração firmada por seus representantes legais, afirmando que não se ocorreu ou se encontra em andamento nenhum Evento de Vencimento Antecipado, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Os Índices Financeiros referidos na alínea "i" acima serão verificados pelo Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva memória de cálculo (cada data de verificação dos Índices Financeiros, uma "Data de Verificação").



6.3. Havendo uma oferta pública primária de ações da Emissora, os recursos obtidos deverão ser destinados, desde que assim determinado pelos Debenturistas, ao pagamento antecipado das Debêntures.

6.4. A Emissora e as Fiadoras acordam que a entrada de quaisquer novo(s) acionista(s) na Emissora e nas Fiadoras, respectivamente, estará condicionada a que tal(is) novo(s) acionista(s) ou suas Partes Relacionadas (conforme definido abaixo):

(i) não tenha(m) sido condenado(s) pela realização de qualquer pagamento ilegal, sob qualquer forma, direto ou indireto, a qualquer representante ou funcionário de órgão governamental, nacional ou estrangeiro, e/ou

(ii) não tenha(m) incorrido em outras despesas ilegais relacionadas à atividade política; e/ou

(iii) não tenha(m) agido em desacordo com a legislação trabalhista relacionada a trabalho infantil e trabalho escravo.

6.5. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se ainda a:

(a) permitir, em dias úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para os Debenturistas, a inspeção das obras objeto do Plano de Investimentos por Debenturistas, desde que previamente comunicada; e

(b) adotar as seguintes providências no âmbito dos Projetos, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente, (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local, (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção, (iv) promover o uso racional dos materiais de construção, (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção, e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção/outros, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes.

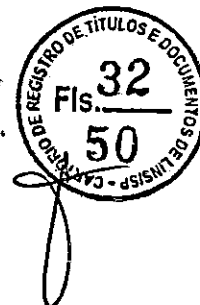
6.6. Caso a Emissora necessite de contrair novos financiamentos ou qualquer outra forma de endividamento com terceiros para geração de caixa futuro e tal endividamento resulte no desenquadramento dos Índices Financeiros, as Fiadoras obrigam-se, desde já, a realizar aporte de capital na Emissora em valores suficientes para o re-enquadramento dos referidos Índices Financeiros.

**CLÁUSULA VII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

Registro: _____

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente e se encontra em situação regular, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, incluindo, mas não se limitando a autorização da ARTESP, à celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão, de que é parte, incluindo os Contratos de Garantia, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares, afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida dessas empresas, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem, conforme aplicável, seu Estatuto Social, qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- (e) as pessoas que a representam nesta Escritura tem poderes para tanto;
- (f) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que as afete ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a declarante, seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela declarante nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (g) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (h) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado representam corretamente a situação financeira da declarante e de suas subsidiárias nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (i) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP;
- (j) as suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (i) não houve nenhum impacto adverso relevante



na situação financeira e nos resultados operacionais, e (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante;

(k) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, exceto aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé em esfera judicial ou administrativa;

(l) a declarante não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, nos Contratos de Garantias e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão;

(n) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(o) a situação econômica, financeira e patrimonial da Emissora, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa em relação à sua situação financeira evidenciada em suas últimas demonstrações financeiras disponíveis, que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

(p) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de seu setor de atuação;

(q) não foi condenada pela realização de qualquer pagamento ilegal, sob qualquer forma, direto ou indireto, a qualquer representante ou funcionário de órgão governamental, nacional ou estrangeiro,

(r) não incorreu em despesas ilegais relacionadas à atividade política;

(s) não agiu em desacordo com a legislação trabalhista relacionada a trabalho infantil e trabalho escravo; e

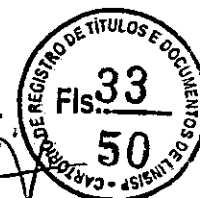
(t) está em dia com as obrigações relativas aos Debenturistas.

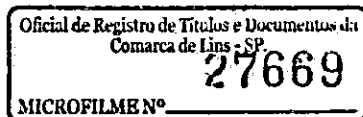
7.2. Cada uma das Fiadoras, neste ato, declara e garante, conforme aplicável, que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(b) a celebração desta Escritura e a constituição da respectiva garantia, conforme aplicável, foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem, conforme aplicável, seu Estatuto Social qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;

(c) a celebração desta Escritura e, relativamente às Fiadoras apenas, a constituição da respectiva garantia fidejussória não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a declarante ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a declarante seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela declarante, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

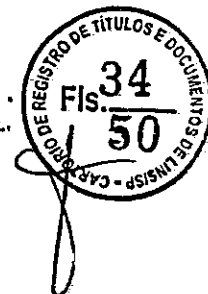




226893

Registro: _____

- (d) as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da declarante, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (e) não foi condenada pela realização de qualquer pagamento ilegal, sob qualquer forma, direto ou indireto, a qualquer representante ou funcionário de órgão governamental, nacional ou estrangeiro,
- (f) não incorreu em despesas ilegais relacionadas à atividade política;
- (g) não agiu em desacordo com a legislação trabalhista relacionada a trabalho infantil e trabalho escravo;
- (h) está em dia com as obrigações relativas aos Debenturistas; e
- (i) uma vez verificada a existência de insuficiência de caixa da Emissora nos termos do item 6.6. acima, e não obstante a Emissora tenha tomado as providências indicadas em referido item, as Fiadoras, em caráter solidário, desde já se comprometem a prontamente realizar aportes de capital em dinheiro na Emissora em valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário.



7.3. A Emissora e as Fiadoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.4. A Emissora, e as Fiadoras obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável e em caráter solidário, a indenizar, após a emissão de decisão judicial definitiva transitada em julgado, os Debenturistas e o Agente Fiduciário, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis e devidamente comprovados) comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras nos termos desta Cláusula, exceto na hipótese comprovada de dolo dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário, conforme decisão transitada judicial ou arbitral definitiva, não sujeita a recurso.

CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

8.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia PENTÁGONO S.A. DTVM, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura e os Contratos de Garantia e todos os seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(d) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(e) esta Escritura de e os Contratos de Garantia constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;

(f) verificou, com base nas informações aqui prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;

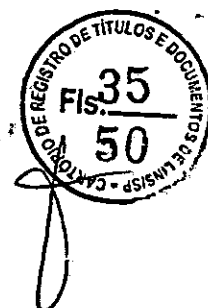
(g) verificará a regularidade da constituição das Garantias, nos termos e prazos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(h) está devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

(j) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(k) a existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, emitidas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, conforme as características abaixo:

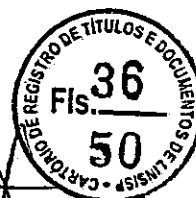


BRVias Holding VRD S.A.	
Denominação da companhia ofertante	BRVias Holding VRD S.A.
Valor da emissão	R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas	60.000 (sessenta mil)
Espécie	Com garantia Real
Prazo de vencimento das debêntures	15 de julho de 2020
Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores	(a) 100% das ações preferenciais e respectivos dividendos, integrantes do capital social da Emissora; (b) Cessão fiduciária dos dividendos devidos à Emissora, em

226893

Registro: _____

	razão de distribuição pela Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.; e (c) Fiança oferecida pela BRVias Holding TBR S.A, como devedora solidária.
Eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período	Não Consta.

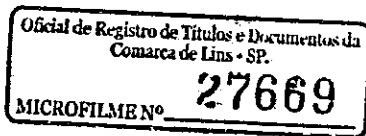


BRVias Holding TBR S.A.	
Denominação da companhia ofertante	BRVias Holding TBR S.A.
Valor da emissão	R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas	44.000 (quarenta e quatro mil)
Espécie	Com garantia Real
Prazo de vencimento das debêntures	22 de dezembro de 2021
Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores	(a) 100% das ações preferenciais e respectivos dividendos integrantes do capital social da Emissora; (b) Cessão fiduciária dos dividendos devidos à Emissora, em razão de distribuição pela Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.; e (c) Fiança oferecida pela BRVias Holding VRD S.A, como devedora solidária.
Eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período	Não Consta.

(l) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e

(m) inexistem outras emissões de debêntures de emissão da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário além da presente Emissão e das debêntures especificadas no item 8.1.1

(k) acima.



8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo Agente Fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.

8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) do item 8.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP competente onde será inscrita esta Escritura.

8.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada pro rata temporis, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IPCA.

8.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que o agente fiduciário substituto cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura na JUCESP e nos cartórios competentes, e de seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (e) acompanhar anualmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos nesta Escritura e a ciência da ocorrência dos eventos previstos nas alíneas dos itens 5.1 e 5.2 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas a ciência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou a ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por quaisquer Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (h) elaborar e disponibilizar aos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e demais informações necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (i) abaixo:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros previstos na alínea (y) do item 6.1 desta Escritura, inclusive nos Contratos de Garantia;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



(vii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(viii) resgate e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;

(ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;

(xi) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias, conforme aplicável.

(i) disponibilizar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea (h) acima, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora; e

(ii) no seu escritório.

(j) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

(k) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada à execução dos Contratos de Garantia;

(l) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;

(m) solicitar, se requisitado por quaisquer Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que comprove a necessidade de realização da referida auditoria;

(n) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(p) comunicar aos Debenturistas, na forma do item 11.7 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (h) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (i) acima;

(q) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na presente Escritura e nos Contratos



OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;

(r) encaminhar aos Debenturistas o parecer mencionado no item 3.2.3.1., acima, em até 3 (três) dias úteis contados de seu recebimento pelo Agente Fiduciário;

(s) encaminhar, aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, em até 3 (três) dias úteis contados de seu recebimento;

(t) verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(u) examinar proposta de substituição das Garantias, manifestando sua expressa e justificada concordância;

(v) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, conforme aplicável, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, conforme aplicável;

(x) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(z) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (h) acima encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea (i) acima;

(aa) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas; e

(bb) divulgar as informações referidas alínea (h) acima, em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento.

8.4. Remuneração do Agente Fiduciário

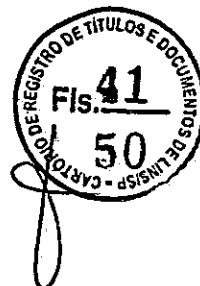
8.4.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade, receberá remuneração da seguinte forma:

- (a) de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida em 3 (três) Dias Úteis após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da



Seguridade Social – COFINS e quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes. Exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;

- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima; e
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.



8.5. Despesas

8.5.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, em montantes de acordo com o padrão de mercado, e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura.

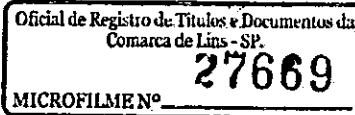
8.5.2. O ressarcimento a que se refere o item 8.5.1 acima será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.5.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas e as necessárias para a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.5.4. As despesas a que se refere este item 8.5 da Escritura compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

226893



Registro: _____

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas às disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário, a critério dos Debenturistas, poderá usar ou tomar todas as medidas necessárias para que os Debenturistas utilizem quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora ou as Fiadoras para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios na hipóteses previstas na presente Escritura;

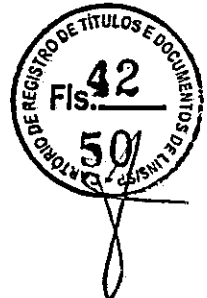
(b) requerer a falência da Emissora ou da Fiadora;

(c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia; e

(e) acompanhar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas do item 8.6.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas.



CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido a seguir, ou pela CVM.

9.1.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

Registro:

9.1.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturistas ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 e 9.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum referido no item 9.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; e/ou (iv) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo.

9.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 9.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. Aplicação da Lei das Sociedades por Ações

43



Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X
DO BANCO MANDATÁRIO E DO AGENTE ESCRITURADOR

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO
226893

10.1. Do Agente Escriturador e Banco Mandatário

Registro: _____

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, será o banco mandatário e agente escriturador das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS



11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão e dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II desta Escritura, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.4. Independência das Disposições desta Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens

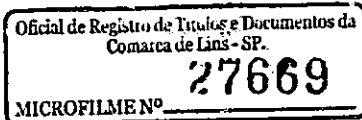
11.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

11.5. Título Executivo Extrajudicial

44

226893



Registro: _____

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11.6. Solicitação de Informações

11.6.1. Sem prejuízo do disposto nesta Escritura, a Emissora e as Fiadoras se comprometem a apresentar aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou documentos referentes à Emissora e às Fiadoras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis. As referidas solicitações serão feitas em nome dos Debenturistas, por meio de seus gestores, devido a demandas provenientes dos seguintes órgãos/entidades, sem prejuízo de outros: Conselho Curador, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e/ou outros órgãos e entidades responsáveis pela administração, gestão e/ou fiscalização dos recursos dos Debenturistas..

11.6.2. O prazo para envio das informações e/ou documentos pela Emissora será estabelecido individualmente na época de cada solicitação, a qual poderá ser feita mediante o envio de correspondência, observados os termos da Cláusula 11.7 abaixo.

11.7. Publicidade e Comunicações

11.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional.

11.7.2. As comunicações a serem enviadas para a Emissora e as Fiadoras, o Agente Fiduciário, a CETIP, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Se para a Emissora:

Endereço: Rua Iguatemi, 448 – 10º andar – Itaim Bibi
São Paulo/SP CEP: 01451-010

At.: Sr Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Telefone: (011) 3245-9704

Fax: (011) 3245-9720

E-mail: marcos.maximo@brvias.com.br

Com cópia para:

Sr. Guilherme Cesar Cabral de Viveiros

E-mail: guilherme.viveiros@brvias.com.br e

Sra. Marina Lima do Prado Scharpf

E-mail: marina.prado@brvias.com.br

Se para a SPLICE:

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 154, Bloco D
Votorantim – SP

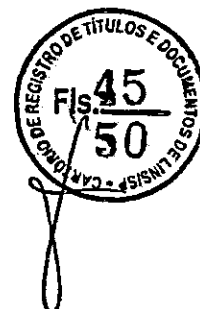
At.: Sr. Antonio Roberto Beldi

Tel.: (15) 3353-8507

Fax: (15) 3353-5155

E-mail: arb@splice.com.br

Se para a COMPORTE:



45

2

Endereço: Avenida Dom Jaime Barros Camara, nº 300, Sala 09
São Bernardo do Campo – SP
At.: Henrique Constantino
Tel.: (11) 3049-4603
Fax: (11) 3049-4690
E-mail: hconstantino@golnaweb.com.br

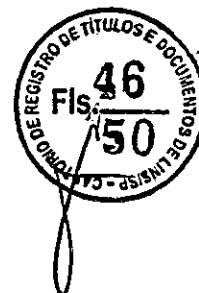
OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

Se para a BRVIAS HOLDING VRD S.A.:

Endereço: Rua Iguatemi, 448 – 10º andar – Itaim Bibi
São Paulo/SP CEP: 01451-010
At.: Sr Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Telefone: (011) 3245-9704
Fax: (011) 3245-9720
E-mail: marcos.maximo@brvias.com.br
Com cópia para:
Sr. Guilherme Cesar Cabral de Viveiros
E-mail: guilherme.viveiros@brvias.com.br e
Sra. Marina Lima do Prado Scharpf
E-mail: marina.prado@brvias.com.br



Se para o Agente Fiduciário:

Endereço: Av. Das Américas, nº 4.200. bl. 4, saia 514, Barra da Tijuca, Centro Empresarial
Barrashopping
Rio de Janeiro/RJ CEP: 22640-102
At.: Srta. Nathalia Machado (Jurídico)/ Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (021) 3385-4565
Fax: (021) 3385-4046
E-mail: juridico@pentagonotruster.com.br/backoffice@pentagonotruster.com.br

Se para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo – SP
CEP: 01.452-002
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111.1596
Fax : (11) 3111.1564
Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.7.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.7.4. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

11.8. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

11.10. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

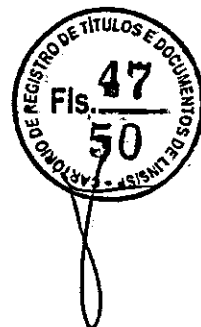
11.11. Eleição de Foro

Para a solução de todas as dúvidas e/ou controvérsias decorrentes desta Escritura, fica eleito (i) desde que verificada quaisquer das hipóteses previstas no artigo 109, I, da Constituição Federal, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, e (ii) nas demais hipóteses, o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



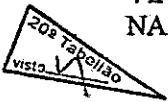
OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO.
226893
Registro: _____



Oficial de Registro de Títulos e Documentos da
Comarca de Lins - SP.
MICROFILME Nº **27669**

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A." celebrado em 18 de maio de 2012.

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.
NA QUALIDADE DE EMISSORA



Nome: [assinatura]
Cargo: **Ricardo de Souza Adenes**



Nome: [assinatura]
Cargo: **Marcos Máximo de Novaes Mendonça**

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO

226893

Registro: _____

SPLICE DO BRASIL - TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA S.A.,
NA QUALIDADE DE FIADORA



Nome: [assinatura]
Cargo: **Antonio Roberto Beldi
Diretor Presidente**

Nome: _____
Cargo: _____

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS tabelião
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) RICARDO DE SOUZA ADENES, (1) MARCOS MÁXIMO DE NOVAES MENDONÇA, (1) ANTONIO ROBERTO BELDI, (1) HENRIQUE CONSTANTINO e (1) RICARDO CONSTANTINO; em documento com valor econômico; dou fé.
São Paulo, 28 de maio de 2012.
Em Teste da verdade. Cód. [1225703913100132466378-5550]
WANDERLEY BASIOTTI - ESCRIVENTE AUTORIZADO (Vida 5; total R\$ 30.000)
Seio(s): 2 Ato(s): 1077AA-375228; 1077AA-375229; Ato: 1077AA-491763

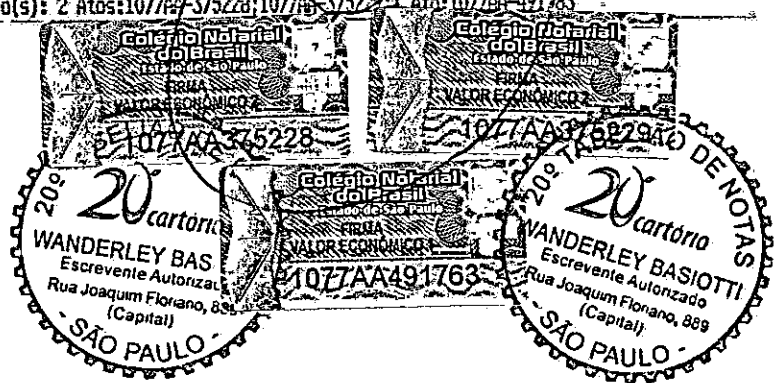
COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A.,
NA QUALIDADE DE FIADORA



Nome: [assinatura]
Cargo: **Henrique Constantino
Diretor Geral**



Nome: [assinatura]
Cargo: **Ricardo Constantino
Diretor Geral**



[assinatura]

BRVIAS HOLDING VRD S.A.,
NA QUALIDADE DE FIADORA

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO
226893
Registro: _____

Nome: Ricardo de Souza
Cargo: Adenes

Nome: Marcos Máximo
Cargo: de Novaes Mendonça

PENTÁGONO S.A. DTVM,
NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS
DEBENTURISTAS

Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador

Nome: _____
Cargo: _____

TESTEMUNHAS:

Nome: Guilherme Viveiros
RG: 047.518.464-43
RG: 1.723.119

Nome: Milene Bertolini Iwata
RG: CPF: 221.132.188-79
RG: 41.922.053-7

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fones: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS tabelião
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) RICARDO DE SOUZA ADENES, (1) MARCOS
MAXIMO DE NOVAES MENDONÇA e (1) ANTONIO ROBERTO BELDI, em documento com valor
econômico, do fê.
São Paulo, 28 de maio de 2012.
Em Teste da verdade. Cód. [1221755413103832466378-5550]

WANDERLEY BASIOTTI - ESCRIVENTE AUTORIZADO (Ord. 3: total R\$ 18,00)
Selos: 107/AA-375242; 107/AA-491772



12 TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep: 01418-100
BEL HOMERIO SANTI - TABELIÃO - Tel: (11) 3549-6277 - Fax: (11) 3284-6362
Reconheço por semelhança a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, a
qual confere com o padrão depositado em Cartório
São Paulo, 28 de Maio de 2012
Em testemunho da verdade
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1205281349097 - Firma: R\$ 5,00; Total: R\$ 6,00
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL: CLEBER GONÇALVES
Cleber Gonçalves
Escritor
1042AA713195

**ANEXO I
PLANO DE INVESTIMENTOS**

	TOTAL	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seguintes a/d 2028	%
Itens Financeiros:														
Amortiz. e Melhoramentos	14.037	5778	5798	8074	8776	9542	9529	18637	6928	4637	4632	4628	42518	72,47%
Demais Melhoramentos	10.53	0,12	0,34	0,25	1,40	2,11	3,78	0,23	0,43	0,45	0,17	-	0,59	0,07%
Edif. Veículos e Sít. Constr. e	521.95	25.894	5.24	32,48	22,26	19,05	69,44	74,55	26,33	25,75	26,55	10,17	160,62	30,10%
Construção Especial	108,46	9,54	3,52	18,87	18,60	0,08	-	5,72	0,10	-	-	0,11	51,63	0,08%
Elementos de Segurança	379,24	18,63	19,11	30,03	36,63	30,23	13,30	11,08	19,58	10,50	13,69	27,22	135,51	23,61%
Contratos, Sól. Propriedades	34,44	5,51	8,77	5,07	0,69	0,56	0,56	0,24	0,64	1,21	0,00	0,77	8,72	1,19%
Veículos	82,93	-	-	-	8,98	7,87	7,87	7,95	1,08	1,88	2,15	8,40	40,30	0,00%
Mão Ambiente	10,33	-	-	-	0,28	0,11	0,46	0,04	0,24	0,01	0,45	0,66	6,73	0,00%
Itens não Financeiros:														
Despesas Gerais	427,37	245,87	246,21	-	1.003	9,03	6,13	6,10	-	-	-	-	-	27,43%
Outros Fins	472,01	215,90	216,21	-	0,03	0,03	0,13	0,10	-	-	-	-	-	27,41%
TOTAL	1.576,07	273,65	254,10	9074	8777	9365	9534	100,67	48,28	48,31	45,02	45,28	425,18	100,0%

Oficial de Registro de Títulos e Documentos da
Comarca de Lins - SP.
27669
MICROFILME Nº

OFICIAL DE REG. TIT. E DOCUMENTOS
SÃO BERNARDO DO CAMPO
226893

Registro: _____

